

TEMA 38. O nono e o décimo mandamentos do Decálogo

Estes dois mandamentos ajudam a viver a santa pureza (o nono) e o desprendimento dos bens materiais (o décimo) nos pensamentos e nos desejos.



PDF: O nono e o décimo mandamentos do Decálogo

«Não cobiçarás a mulher do teu próximo e não desejarás a sua casa, nem o seu campo, nem o seu escravo, nem a sua escrava, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem nada que lhe pertença» (Dt 5, 21).

«Aquele que olhar para uma mulher, desejando-a, já cometeu adultério com ela no seu coração» (Mt 5, 28).

1. Os pecados internos

Estes dois mandamentos referem-se aos actos internos correspondentes aos pecados contra o sexto e o sétimo mandamentos, que a tradição moral classifica como pecados internos. De forma positiva, regulam a forma de viver a pureza (o nono) e o desprendimento (o décimo) nos pensamentos e nos desejos, segundo as palavras do Senhor: «Bem-aventurados os pobres em espírito, porque deles é o Reino dos Céus. Bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus» (Mt 5, 3.8).

A primeira questão a que se terá de dar resposta é se faz sentido falar de pecados internos; ou, dito de outro modo, porque se qualifica negativamente um exercício da inteligência e da vontade se não se concretiza numa acção externa reprovável?

Pela pergunta não parece evidente, pois nas listas de pecados que o Novo Testamento nos apresenta aparecem sobretudo actos externos (adultério, fornicação, homicídio, idolatria, feitiçaria, pleito, ira, etc.). No entanto, nesses mesmos elencos também vemos citados, como pecados, certos actos internos (invejas, má concupiscência, avareza) [1].

O próprio Jesus explica que é do coração do homem que «procedem as más intenções, os assassínios, os adultérios, as prostituições, os roubos, os falsos testemunhos e as blasfémias» (Mt 15, 19). No âmbito específico da castidade, ensina «que todo aquele que olhar para uma mulher, desejando-a, já cometeu adultério com ela no seu coração» (Mt 5, 28). Destes textos, provém um importante contributo para a moral, porque dão a entender como a fonte das acções humanas - por conseguinte da bondade ou maldade da pessoa - se encontra nos desejos do coração, no que a pessoa “quer” e escolhe. A maldade do homicídio, do adultério ou do roubo não está principalmente na materialidade da acção ou nas suas consequências, mas antes na vontade (no coração) do homicida, do adúltero, do ladrão, que ao escolher determinada acção, está a desejá-la: está-se decidido a seguir numa direcção contrária ao amor do próximo e, portanto, também do amor de Deus.

A vontade tende sempre para um bem, mas, em certas ocasiões, trata-se de um bem aparente, alguma coisa que aqui e agora não é ordenável racionalmente em função do bem da pessoa no seu conjunto. O ladrão deseja alguma coisa que considera um bem, mas o facto de que esse objecto pertença a outra pessoa torna impossível que a escolha feita se ordene ao bem da sua pessoa ou, o que é o mesmo, à plenitude da sua vida. Neste sentido, não é necessário o acto exterior para determinar a vontade num sentido positivo ou negativo. Quem decide roubar um objecto, mesmo que o não possa concretizar devido a algum imprevisto, *actuou* mal. Realizou um acto interno contra a virtude da justiça.

A bondade e a maldade da pessoa dão-se na vontade, assim, rigorosamente falando teria de se utilizar essas categorias para se referir aos desejos (queridos, aceites) e não aos pensamentos. Ao falar da inteligência utilizamos outras categorias, como verdadeiro e falso. Quando o nono mandamento proíbe os

“pensamentos impuros” não se está a referir às imagens, ou ao pensamento em si, mas ao movimento da vontade que aceita o deleite desordenado que certa imagem (interna ou externa) provoca [2].

Os pecados internos podem dividir-se em:

- “Maus pensamentos” (*complacência morosa*): são a representação imaginária de um acto pecaminoso sem ânimo para o realizar. É pecado mortal se se trata de matéria grave e caso se procure ou se consinta em deleitar-se nela.
- Mau desejo (*desiderium*): desejo interior e genérico de uma acção pecaminosa da qual a pessoa sente gozo. Não coincide com a intenção de a realizar (que implica sempre um querer eficaz), embora em não poucos casos se fizesse, se não existissem alguns motivos que inibem a pessoa (tais como as consequências da acção, a dificuldade para a realizar, etc.).
- *Gozo pecaminoso*: é a complacência deliberada numa má acção já realizada por si ou por outros. Renova o pecado na alma.

Os pecados internos, em si mesmos, costumam ter menor gravidade que os correspondentes pecados externos, porque o acto externo manifesta voluntariedade mais intensa. No entanto, são de facto muito perigosos, sobretudo para as pessoas que procuram viver na amizade e intimidade com Deus, já que:

- *cometem-se com mais facilidade*, pois basta o consentimento da vontade; e as tentações podem ser mais frequentes;
- *presta-se-lhes menos atenção*, pois às vezes, por ignorância e, outras vezes, por certa cumplicidade com as paixões, não se querem reconhecer como pecados, pelo menos, veniais, se o consentimento foi imperfeito.

Os pecados internos podem deformar a consciência, por exemplo, quando se admite o pecado venial interno habitualmente ou com certa frequência, mesmo que se queira evitar o pecado mortal. Esta deformação pode dar lugar a manifestações de irritabilidade, a faltas de caridade, ao espírito crítico, a resignar-se com ter frequentes tentações sem lutar tenazmente contra elas, etc. [3]; nalguns casos pode conduzir mesmo a não querer reconhecer os pecados internos, envolvendo-os em explicações sem qualquer razão, que acabam por confundir cada vez mais a consciência; como consequência, cresce facilmente o amor próprio, nascem inquietações, torna-se mais custosa a humildade e a contrição sincera, e pode-se acabar num estado de tibieza. Na luta contra os pecados internos, é muito importante não dar lugar aos escrúpulos [4].

Para lutar contra os pecados internos, ajudam-nos:

- a frequência dos sacramentos que nos dão ou aumentam a graça e nos curam as nossas misérias quotidianas;
- a oração, a mortificação e o trabalho, procurando sinceramente Deus;
- a humildade – que nos permite reconhecer as nossas misérias sem desesperar face aos nossos erros – e a confiança em Deus, sabendo que quer sempre perdoar os nossos pecados;
- exercitarmo-nos na sinceridade com Deus, connosco próprios e na direcção espiritual, cuidando com esmero o exame de consciência.

2. A purificação do coração

O nono e décimo mandamentos consideram os mecanismos íntimos que estão na raiz dos pecados contra a castidade e a justiça; e, em sentido amplo, de qualquer pecado [5]. Em sentido positivo, estes mandamentos convidam a actuar com recta intenção, com coração puro. Por isso, têm grande importância, já que não se limitam à consideração externa das acções, mas consideram a fonte de que procedem essas acções.

Estes dinamismos internos são fundamentais na vida moral cristã, pois tanto as virtudes infusas como os dons do Espírito Santo são modelados pelas disposições da pessoa. Em certo sentido, possuem particular importância as virtudes morais, que são mais propriamente disposições da vontade e dos outros apetites para actuar bem. Tendo estes elementos presentes, é possível desterrar certa caricatura que se apresenta da vida moral como se ela se reduzisse apenas à luta contra os pecados, descobrindo-se antes o imenso panorama de esforço positivo por crescer na virtude (por purificar o coração) que tem a existência humana e em particular o cristão.

Estes mandamentos referem-se mais especificamente aos pecados internos contra as virtudes da castidade e da justiça, que estão bem reflectidos no texto da Sagrada Escritura que fala de «três espécies de cupidez ou concupiscência: a concupiscência da carne, a concupiscência dos olhos e a soberba da vida (1 Jo 2,16)» (*Catecismo*, 2514). O nono mandamento trata do domínio da concupiscência da carne; e o décimo da concupiscência do bem alheio. Ou seja, proibem deixar-se arrastar por essas concupiscências de modo consciente e voluntário.

Estas tendências desordenadas ou concupiscências consistem na «revolta que a “carne” instiga contra o “espírito”. Procede da desobediência do primeiro pecado» (*Catecismo*, 2515). Depois do pecado original, ninguém está isento da concupiscência, excepto Nosso Senhor Jesus Cristo e a Virgem Santa Maria.

Embora a concupiscência, em si mesma, não seja pecado, inclina para o pecado e engendra-o, quando não se submete à razão iluminada pela fé com a ajuda da graça. Esquecendo-se que existe a concupiscência, é fácil pensar que todas as tendências que se experimentam “são naturais” e que não faz mal deixar-se levar por elas. Muitos dão-se conta como isto é falso ao considerarem o que sucede com a inclinação para a violência: reconhecem que ninguém se deve deixar arrastar por este impulso, mas dominá-lo, porque não é natural. No entanto, quando se trata da pureza, já não querem reconhecer o mesmo, dizem que não é mau em se deixarem levar por este estímulo “natural”. O nono mandamento ajuda-nos a compreender que não é assim, porque a concupiscência retorceu a natureza e o que se experimenta como natural é, frequentemente, consequência do pecado que é preciso vencer. O mesmo se poderia dizer do afã imoderado de riquezas ou da cobiça a que se refere o décimo mandamento.

É importante conhecer esta desordem causada em nós pelo pecado original e pelos nossos pecados pessoais, visto que tal conhecimento:

- impulsiona-nos a rezar: só Deus nos perdoa o pecado original, que deu origem à concupiscência, e só com a ajuda divina conseguiremos vencer essa tendência desordenada; a graça de Deus sara a nossa natureza das feridas do pecado, além de a elevar à ordem sobrenatural;
- ensina-nos a amar a Criação, porque saiu boa das mãos de Deus; são os nossos pecados desordenados que provocam o mau uso dos bens criados.

3. O combate pela pureza

Pureza de coração significa possuir uma maneira *santa* de sentir. Com a ajuda de Deus, e o esforço pessoal, consegue-se ser cada vez mais “limpos de coração”: limpeza nos “pensamentos” e nos desejos.

No que se refere ao nono mandamento, o cristão consegue esta pureza com a graça de Deus, bem como através da virtude e do dom da castidade, da pureza de intenção, da pureza do olhar e da oração [6]. A

pureza do olhar não se limita a rejeitar a contemplação de imagens claramente inconvenientes, mas exige a purificação do uso dos nossos sentidos externos, que nos levem a olhar, a contemplar o mundo e as outras pessoas com visão sobrenatural. Trata-se de luta positiva que permite ao homem descobrir a verdadeira beleza de toda a criação, de modo particular, a beleza dos que foram criados à imagem e semelhança de Deus [7].

«A pureza exige o *pudor*. O pudor é parte integrante da temperança. O pudor preserva a intimidade da pessoa. Designa a recusa de mostrar o que deve ficar oculto. Ordena-se à castidade e comprova-lhe a delicadeza. Orienta os olhares e as atitudes em conformidade com a dignidade das pessoas e com a união que existe entre elas» (*Catecismo*, 2521).

4. A pureza do coração

«O desejo da verdadeira felicidade liberta o homem do apego imoderado aos bens deste mundo, e terá a sua plenitude na visão beatífica de Deus» (*Catecismo*, 2548). «A promessa de ver a Deus ultrapassa toda a bem-aventurança. (...) Na Escritura ver é possuir. (...) Por isso aquele que vê a Deus obteve todos os bens que se possam imaginar» [8].

Os bens materiais são bons como meios, mas não são fins. Não podem encher o coração do homem, que está feito para Deus e não se sacia com o bem-estar material.

«O décimo mandamento condena a *avidez* e o desejo duma apropriação desmesurada dos bens terrenos; e proíbe a *cupidez* desregrada, nascida da paixão imoderada das riquezas e do seu poder. Interditada também o desejo de cometer uma injustiça pela qual se prejudicaria o próximo nos seus bens temporais» (*Catecismo*, 2536).

O pecado é *aversão a Deus e conversão às criaturas*. O apego aos bens materiais alimenta radicalmente esta conversão, provoca a cegueira da mente e o endurecimento do coração: «Se alguém possuir bens deste mundo e, vendo o seu irmão com necessidade, lhe fechar o seu coração, como é que o amor de Deus pode permanecer nele?» (1 Jo 3,17). O afã desmesurado dos bens materiais é contrário à vida cristã: não se pode servir a Deus e às riquezas (cf. Mt 6, 24; Lc 16,13).

A importância exagerada que se concede hoje ao bem-estar material, muito acima de outros valores, não é sinal de progresso humano, mas de empobrecimento e de aviltamento do homem, cuja dignidade reside em ser criatura espiritual chamada à vida eterna como filho de Deus (cf. Lc 12,19-20).

«O décimo mandamento exige que seja banida a *inveja* do coração humano» (*Catecismo*, 2538). A inveja é um pecado capital. «Designa a tristeza que se sente perante o bem alheio e o desejo imoderado de se apropriar dele, mesmo indevidamente» (*Catecismo*, 2539). Da inveja podem derivar muitos outros pecados: ódio, murmuração, detracção, desobediência, etc.

A inveja significa rejeição da caridade. Para lutar contra ela, devemos viver a virtude da benevolência, que nos incita a desejar o bem dos outros como manifestação do amor que lhes temos. A virtude da humildade também nos ajuda nesta luta, pois não devemos esquecer que a inveja procede com frequência do orgulho (cf. *Catecismo*, 2540).

Pablo Requena

Bibliografia básica:

Catecismo da Igreja Católica, 2514-2557.

Leituras recomendadas:

S. Josemaria, homilia «Porque verão a Deus», em *Amigos de Deus*, 175-189; homilia «Desprendimento», em *Amigos de Deus*, 110-126.

Notas

- [1] Cf. *Gl*, 5, 19-21; *Rm* 1, 29-31; *Cl* 3, 5. S. Paulo, depois de apelar a abster-se da fornicação, escreve: «que cada um de vós saiba possuir o seu corpo em santidade e honra, sem se deixar levar pelo *desejo da paixão* como os pagãos que não conhecem Deus. (...) Deus não nos chamou à impureza mas à santidade (*1 Ts* 4, 3-7). Sublinha a importância dos afectos, que estão na origem das acções, e faz ver a necessidade da sua purificação para a santidade.
- [2] Deste modo, entender-se-á facilmente a diferença entre “sentir” e “consentir”, referido a determinada paixão ou movimento da sensibilidade. Só quando se consente com a vontade se pode falar de pecado (se a matéria for pecaminosa).
- [3] «Chapinhas nas tentações, pões-te em perigo, brincas com a vista e com a imaginação, falas de... disparates. E depois assustas-te por te assaltarem dúvidas, escrúpulos, confusões, tristeza e desalento. Hás-de conceder-me que és pouco coerente» (S. Josemaria, *Sulco*, 132).
- [4] «Não te preocupes, aconteça o que acontecer, desde que não consintas. - Porque só a vontade pode abrir a porta do coração e introduzir nele essas coisas execrandas» (S. Josemaria, *Caminho*, 140); cf. *Ibidem*, 258.
- [5] «O décimo mandamento incide sobre a intenção do coração e resume, com o nono, todos os preceitos da Lei» (*Catecismo*, 2534).
- [6] Com a graça de Deus, consegui-lo-ei: pela *virtude* e pelo *dom da castidade*, pois a castidade permite amar com um coração recto e sem partilha; pela *pureza de intenção*, que consiste em ter em vista o verdadeiro fim do homem: com um olhar simples, o baptizado procura descobrir e cumprir em tudo a vontade de Deus (cf. *Rm* 12, 2; *Cl* 1, 10) pela *pureza do olhar*, exterior e interior; pela disciplina dos sentidos e da imaginação; pela rejeição da complacência em pensamentos impuros que o levariam a desviar-se do caminho dos mandamentos divinos: “a vista excita a paixão dos insensatos” (*Sb* 15, 5); pela *oração*» (*Catecismo*, 2520).
- [7] «Os olhos! Por eles entram na alma muitas iniquidades. - Quantas experiências como a de David!... - Se guardardes a vista, tereis assegurado a guarda do vosso coração». (S. Josemaria, *Caminho*, 183. «- Meu Deus!: encontro graça e beleza em tudo o que vejo: guardarei a vista a toda a hora, por Amor» (S. Josemaria, *Forja*, 415).
- [8] S. Gregório de Nisa, *Orationes de Beatitudinibus*, 6: PG 44, 1265A. Cf. *Catecismo*, 2548.